

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 310,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		Ano
	As três séries	Kz: 470 615,00
	A 1.ª série	Kz: 277 900,00
	A 2.ª série	Kz: 145 500,00
	A 3.ª série	Kz: 115 470,00
			O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

IMPRENSA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresnacional@impresnacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no site www.impresnacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.

SUMÁRIO

Ministério da Cultura

Despacho n.º 3805/14:

Nomeia definitivamente Airolenes Teixeira Manuel para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado na Escola Nacional de Música.

Despacho n.º 3806/14:

Nomeia definitivamente Ruth Marlene Segunda Gimbe para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada no Instituto Nacional do Património Cultural.

Despacho n.º 3807/14:

Nomeia definitivamente Joaquim Ginga Dala para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado na Escola Nacional de Artes Plásticas.

Despacho n.º 3808/14:

Nomeia definitivamente Ivandro Roque de Miranda Lima para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado no Instituto Nacional do Património Cultural.

Despacho n.º 3809/14:

Nomeia definitivamente Domingas de Leda Ferreira Pereira para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Artes Plásticas.

Despacho n.º 3810/14:

Nomeia definitivamente Marília Carlos da Fonseca para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Música.

Despacho n.º 3811/14:

Nomeia definitivamente Eliseu Pedro Ferraz para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, colocado no Arquivo Nacional de Angola.

Despacho n.º 3812/14:

Nomeia definitivamente Natália Lungieky Maiambi Dombaxi para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Artes Plásticas.

Despacho n.º 3813/14:

Nomeia definitivamente Maria Fernanda Leal Brito de Almeida para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, colocada na Secretaria Geral, deste Ministério.

Despacho n.º 3814/14:

Nomeia definitivamente Isabel Patrícia de Azevedo Bwanga para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Arquivo Nacional de Angola.

Despacho n.º 3815/14:

Nomeia definitivamente Torres Arnaldo Panda para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado na Escola Nacional de Artes Plásticas.

Despacho n.º 3816/14:

Nomeia definitivamente Maria Francisco Paulo para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Órgão Central.

Despacho n.º 3817/14:

Nomeia definitivamente Januário Joaquim da Silva para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, colocado no Arquivo Nacional de Angola.

Despacho n.º 3818/14:

Nomeia definitivamente Constância da Costa Bento para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Dança.

Governo Provincial de Luanda**Despacho n.º 3819/14:**

Desvincula Alice Pedro Miguel, Operária Qualificada de 2.ª Classe, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 3820/14:

Desvincula António Francisco dos Santos, Inspector Chefe de 2.ª Classe, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeitos de reforma.

Governo Provincial de Benguela**Despacho n.º 3821/14:**

Exonera Lucas Katimba do cargo de Chefe de Secção de Televisão, do Departamento de Rádio e Televisão, da Direcção Provincial da Comunicação Social, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 3822/14:

Exonera Pedro Victorino Januário do cargo de Chefe de Secção de Espaços Verdes e Cemitérios Municipais, na Administração Municipal de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 3823/14:

Desvincula Caetano Mateus Lopes, colocado na Administração Municipal da Ganda, para efeitos de aposentação.

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado**Resolução n.º 77/14:**

Aprova o Contrato de Investimento do Projecto denominado «COCOA Engenharia Angola, Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00, no Regime Contratual.

Resolução n.º 78/14:

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «V.D. Limitada» no valor global de 2.137.420,00, no Regime Contratual.

Resolução n.º 79/14:

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «FAZENDA GIRASSOL — Comércio, Indústria, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada», no valor global de 1.200.000,00, no Regime Contratual.

MINISTÉRIO DA CULTURA**Despacho n.º 3805/14
de 20 de Outubro**

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 2 de Setembro, determino:

**ARTIGO 1.º
(Nomeação)**

É Airolenes Teixeira Manuel nomeado definitivamente para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Música.

**ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)**

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

**Despacho n.º 3806/14
de 20 de Outubro**

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 26.º do Decreto Presidencial n.º 107/11, de 24 de Maio, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Ruth Marlene Segunda Gimbe nomeada definitivamente para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada no Instituto Nacional do Património Cultural.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, ao 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3807/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Joaquim Ginga Dala nomeado definitivamente para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado na Escola Nacional de Artes Plásticas.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3808/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 26.º do Decreto Presidencial n.º 107/11, de 24 de Maio, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Ivandro Roque de Miranda Lima nomeado definitivamente para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado no Instituto Nacional do Património Cultural.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3809/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Domingas de Leda Ferreira Pereira nomeada definitivamente para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Artes Plásticas.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3810/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Marília Carlos da Fonseca, nomeada definitivamente para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Música.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3811/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 26.º do Decreto n.º 51/09, de 16 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Eliseu Pedro Ferraz nomeado definitivamente para a categoria de Técnico Superior 2.ª Classe, colocado no Arquivo Nacional de Angola.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3812/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Natália Lungieky Maiambi Dombaxi nomeada definitivamente para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Artes Plásticas.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3813/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Maria Fernanda Leal Brito de Almeida nomeada definitivamente para a categoria de Técnica Superior 2.ª Classe, colocada na Secretaria Geral do Ministério da Cultura.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3814/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 26.º do Decreto n.º 51/09, de 16 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Isabel Patrícia de Azevedo Bwanga nomeada definitivamente para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Arquivo Nacional de Angola.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3815/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Torres Arnaldo Panda nomeado definitivamente para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado na Escola Nacional de Artes Plásticas.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3816/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na Função Pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Maria Francisco Paulo nomeada definitivamente para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Órgão Central.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3817/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 26.º do Decreto n.º 51/09, de 16 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Januário Joaquim da Silva nomeado definitivamente para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, colocado no Arquivo Nacional de Angola.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 3818/14
de 20 de Outubro

Havendo necessidade de prover definitivamente os funcionários que ingressaram na função pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Nomeação)

É Constância da Costa Bento nomeada definitivamente para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, colocada na Escola Nacional de Dança.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA

Despacho n.º 3819/14
de 20 de Outubro

Considerando o Ofício n.º 136/DPSL/DPRH/13, de 16 de Abril, do Director Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Alice Pedro Miguel, com a categoria de Operária Qualificada de 2.ª Classe, Agente n.º 06393905, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 4 de Julho de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 3820/14
de 20 de Outubro

Considerando o Ofício n.º 119/DPSL/DPRH/2013, de 9 de Abril da Directora Provincial da Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração

Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É António Francisco dos Santos, com a categoria de Inspector Chefe de 2.ª Classe, Agente n.º 04697908, desvinculado por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 4 de Julho de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA

Despacho n.º 3821/14
de 20 de Outubro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1, do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1, artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Lucas Katimba, Agente n.º 05455248, exonerado, a seu pedido do cargo de Chefe de Secção de Televisão, do Departamento de Rádio e Televisão, da Direcção Provincial da Comunicação Social, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 12/08. 03.3/B7/GGPB/03, de 3 de Janeiro, a seu pedido para efeito de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 3822/14
de 20 de Outubro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1, artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª Série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Pedro Victorino Januário, Agente n.º 05640126, exonerado a seu pedido, do cargo de Chefe de Secção de Espaços Verdes e Cemitérios Municipais, na Administração Municipal de Benguela, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 75/08.02.03.03.01/GGPB/11, de 1 de Junho, para efeitos de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 22 de Julho de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 3823/14 de 20 de Outubro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Caetano Mateus Lopes, Agente n.º 06563537, colocado na Administração Municipal da Ganda, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 22 de Julho de 2013. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 77/14 de 20 de Outubro

Considerando que, «China Gezhouba Group International Engineering CO, Ltd», pessoa colectiva de Direito Chinês, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com sede social em 21, Tower A, Gemdale Plaza, n.º 91, Jianguo Road, Chaoyang District, Beijing, apresenta ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei

do Investimento Privado) uma proposta de Investimento Externo, de aquisição de participação social, correspondente a 5% do capital social da sociedade de Direito Angolano denominada «CGGC — Engenharia Angola, Limitada» cuja actividade principal é a construção civil e obras públicas;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento do projecto denominado «CGGC — Engenharia Angola, Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares americanos), no Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 21 de Julho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO

CGGC — ENGENHARIA ANGOLA, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

1.º — O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, nos termos da delegação de competências prevista no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto, (doravante abreviadamente designadas, respectivamente, por «Estado» e por «ANIP»);

2.º — «China Gezhouba Group International Engineering CO, Ltd», sociedade constituída ao abrigo das Leis da República da China, entidade não residente cambial, Investidora Externa, com sede social, em 21, Tower A, Gemdale Plaza, n.º 91, Jianguo Road, Chaoyang District, Beijing, representado por Djamilia Pinto de Andrade, na qualidade de procuradora da sociedade, (doravante abreviadamente designada por «Investidor Privado»);

O Estado e o Investidor Privado, quando referidos conjuntamente serão designados por Partes.

Considerando que:

1. Nos termos da Lei do Investimento Privado, a ANIP é o órgão do Estado encarregue de executar a política nacional em matéria de investimento privado e promover, coordenar e supervisionar os investimentos privados em curso em Angola.

2. O Investidor Privado pretende ao abrigo do artigo 12.º alínea d), da Lei do Investimento Privado, adquirir uma participação na sociedade de direito angolano, «CGGC — Engenharia Angola Limitada» («a Sociedade») representativa de 5% do seu capital social.

3. O Projecto de Investimento do Investidor Privado deve seguir o regime processual único do Investimento Privado, que corresponde ao regime contratual, nos termos do n.º 1 do artigo 51.º e do artigo 52.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado);

4. É intenção do Estado apoiar o Projecto de Investimento do Investidor Privado, e é intenção deste cumprir integralmente com todas as obrigações decorrentes do Contrato de Investimento e da Lei.

É celebrado o presente Contrato de Investimento Privado, de acordo com o previsto na Lei do Investimento Privado e nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato de Investimento, salvo se sentido diverso resultar do seu contexto, as definições abaixo reproduzidas terão o significado que a seguir lhes é atribuído:

- a) «Cláusulas»: — Os articulados deste Contrato de Investimento, excluindo os considerandos;
- b) «Contrato de Investimento»: — O presente Contrato de Investimento Privado e todos os seus Anexos;
- c) «China Gezhouba Group International Engineering CO, Ltd»: — sociedade constituída ao abrigo das leis da República da China, entidade não residente cambial, promotora do presente projecto de investimento;
- d) «CGGC — Engenharia Angola, Limitada»: — sociedade comercial por quotas constituída de acordo com as Leis da República de Angola, sita em Luanda, Município e Bairro da Maianga, Rua António Pinto, Prédio n.º 9, 7.º andar, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único, sob o n.º 478-10/100315 e com o N.I.F. n.º 5417091332, (doravante abreviadamente designada por «Sociedade»);
- e) «Data Efectiva»: — Data da assinatura do Contrato de Investimento;

f) «Estudo de Impacto Económico e Social»: — Estudo demonstrativo do impacto económico e social do Projecto de Investimento a que alude o n.º 2 do artigo 54.º da Lei do Investimento Privado;

g) «Lei do Investimento Privado»: — Lei n.º 20/11 de 20 de Maio;

h) «Lei das Sociedades Comerciais»: — Lei n.º 1/03 de 13 de Fevereiro;

i) «Projecto de Investimento»: — Projecto de investimento descrito nas Cláusulas 2.ª e 3.ª do presente Contrato de Investimento;

2. Para além das definições constantes do número anterior, sempre que o Contrato de Investimento utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas terão o significado previsto nessa lei.

3. Em caso de alteração, total ou parcial, do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, as Partes acordam que as definições incorporadas neste Contrato de Investimento, por força desta Cláusula, terão o significado que lhes for atribuído pela Lei do Investimento Privado na Data Efectiva.

4. O significado das definições previstas nos n.ºs 1 e 2 desta cláusula será sempre o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª (Natureza administrativa e objecto do Contrato)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa e rege-se pela Lei do Investimento Privado.

2. O presente Contrato de Investimento visa definir os direitos e os deveres das Partes respeitantes ao Projecto de Investimento, incluindo, nomeadamente, a definição de um prazo para a implementação do Projecto de Investimento, os objectivos do Projecto de Investimento e o recrutamento e formação da mão-de-obra angolana.

3. O presente Contrato tem por objecto a aquisição, pelo Investidor Privado de uma quota com o valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), que corresponde a 5% do capital social da sociedade de Direito Angolano «CGGC — Engenharia Angola, Limitada», cuja actividade principal é a construção civil e obras públicas.

CLÁUSULA 3.ª (Localização do investimento e regime jurídico dos bens do Investidor)

1. O Projecto de Investimento está implementado Provincial de Luanda, Zona de Investimento A, no local da sede da Sociedade Angolana, sita na Rua António Pinto n.º 9, 7.º andar C, melhor identificado no Anexo IV, ficando o Investidor Privado obrigado a comunicar à ANIP qualquer mudança de sede.

2. Os bens a adquirir no âmbito do presente Projecto de Investimento estarão sob o regime de propriedade privada.

CLÁUSULA 4.ª

(Entrada em vigor e prazo de vigência do Contrato)

O Contrato de Investimento entra em vigor na Data Efectiva e vigorará por um período de 6 anos.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos a serem atingidos pelo Projecto de Investimento)

Os objectivos do Projecto de Investimento são os seguintes:

- a) Aquisição de uma quota no capital social da Sociedade e a capitalização da mesma, de modo a capacitá-la para a obtenção de uma quota de mercado significativa no segmento da construção civil e obras públicas;
- b) Motivar e promover o desenvolvimento económico do País e simultaneamente promover o bem-estar económico, social e cultural das populações;
- c) Aumentar as disponibilidades cambiais e o equilíbrio da balança de pagamentos;
- d) Promover o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial e a qualidade dos serviços produzidos em Angola.

CLÁUSULA 6.ª

(Entidade Executora do Projecto)

A entidade executora do projecto é a «China Gezhouba Group International Engineering CO, Ltd», Investidor Privado, neste acto representada por Djamilia Pinto de Andrade.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante do Investimento)

1. O valor global do Projecto de Investimento é de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América) que se destinam à aquisição da quota e à capitalização da Sociedade.

2. No quadro de implementação e desenvolvimento do Projecto de Investimento, o Investidor Privado poderá, futuramente, solicitar junto da ANIP, aumentos do valor do investimento, visando, nomeadamente, a expansão do presente Projecto.

CLÁUSULA 8.ª

(Operações de Investimento Privado)

O investimento referido na cláusula 6.ª do presente Contrato de Investimento prevê a realização das operações de Investimento previstas no artigo 12.º da Lei do Investimento Privado, designadamente a introdução em território nacional de moeda livremente conversível (alínea a) e a aquisição de participação no capital de empresa já existente (alínea g).

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de realização do Investimento Privado)

1. A forma de realização do Investimento é a prevista na alínea a) do artigo 13.º da Lei do Investimento Privado, a transferência de fundos próprios do exterior no valor de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

2. O valor do Investimento será aplicado da seguinte forma:

- a) 30% do valor do Investimento, equivalente em moeda nacional a USD 300.000,00 (trezentos mil dólares) para aquisição da participação social de 5% do capital social da Sociedade;
- b) 70 % do valor do Investimento, equivalente em moeda nacional a USD 700.000,00 (setecentos mil dólares) para aquisição em território nacional de equipamento e máquinas que serão contabilizadas no activo da Sociedade.

CLÁUSULA 10.ª

(Formas de financiamento do Projecto)

O Projecto será integralmente financiado com recurso a capitais próprios, de origem externa, pertencentes ao Investidor Privado.

CLÁUSULA 11.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

1. A implementação do Investimento, compreende um período de 12 meses, que envolve 2.º Semestre de 2014 até 2.º Semestre de 2015, conforme Cronograma de Implementação e Execução do Projecto de Investimento que se junta ao presente Contrato como Anexo I.

2. O Investidor Privado em caso de incumprimento dos prazos mencionados no referido cronograma, desde que sejam resultantes de actos de terceiros, nomeadamente de atrasos na actuação das entidades públicas envolvidas na execução do Projecto, fica desde já obrigado a informar a ANIP sobre quaisquer factos que lhe impeçam de cumprir com as suas obrigações,

CLÁUSULA 12.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos lucros e dividendos)

1. O Projecto de Investimento fica sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola e às regras previstas na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, (Lei do Investimento Privado) sobre o repatriamento de capitais.

2. Depois de implementado o Projecto de Investimento, em obediência ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e nas condições estabelecidas na autorização concedida pelo BNA nos termos da legislação cambial aplicável, ao Investidor Privado é garantido o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;

- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas com a dedução dos respectivos impostos previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam Investimento Privado; e
- d) O produto de indemnizações, conforme previsto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. Tendo em consideração o montante do capital investido, a Zona de Investimento em causa (Zona A), o Investidor Privado poderá ter direito à repatriação dos correspondentes dividendos ou lucros distribuídos transcorridos 3 (três) anos após a implementação do Projecto, nos termos do artigo 20.º n.º 1 da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 13.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados a ser efectuado pela ANIP no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente previstos, à fiscalização sectorial corrente e ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do Projecto.

2. O Investidor Privado deverá facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuir quer sejam de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos Técnicos devidamente credenciados, terão o direito de visitar o local ou locais das operações, adstritas ao Projecto de Investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do Projecto de Investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veículo do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, o Investidor Privado sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio, irá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de Investimento, e anuais, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de Investimento só se consideram válidas quando realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e fax para os seguintes endereços:

ANIP

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar, Luanda — Angola

Telefones: (00 244) 222 391 434 / 331 252

Fax: (00 244) 222 393 381 / 393 833

Caixa Postal: 5465

E-mail: geral@anip.co.ao

Em nome do Investidor

Djamila Pinto de Andrade, na qualidade de procuradora da Sociedade Investidora.

Rua dos Enganos n.º 1, 7.º andar, Luanda — Angola

Telefones +244 222 397 073

E-mail: Djamila.PintodeAndrade@fbladvogados.com

6. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULAS 14.ª

(Impacto económico e social do Projecto)

1. O Projecto de Investimento terá o impacto económico descrito no Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro do Projecto, nomeadamente:

- a) Incentivo ao crescimento da economia angolana e criação de valor acrescentado para a economia nacional;
- b) Contribuição para descida da taxa de desemprego;
- c) Criação de condições para a melhoria dos níveis de vida dos trabalhadores;
- d) Promoção do desenvolvimento tecnológico, eficiência empresarial e a qualidade dos serviços a prestar.

2. O Projecto de Investimento terá o seguinte impacto social:

- a) Manutenção dos 19 postos de trabalho criados, dos quais 15 são ocupados por trabalhadores de nacionalidade angolana e 4 por estrangeiros, que no futuro serão substituídos, mantendo apenas 2 estrangeiros;
- b) Desenvolvimento de acções de formação de âmbito geral e específico e Privado a promoção da qualificação profissional em geral.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacte ambiental)

1. O Investidor Privado obriga-se a executar o Projecto de Investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor aplicável, nomeadamente no que diz respeito ao

dever de colaboração e de informação com o Ministério do Ambiente, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvaguarda do meio ambiente, em matérias de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Permitir que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação, das instalações dos equipamentos no estaleiro;
- c) Assegurar o adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos, que abranja todos os sub-projectos (edifícios, bomba de combustível, oficina);
- d) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

2. No quadro da implementação do Projecto de Investimento o Investidor Privado deverá cumprir com os procedimentos inerentes à protecção do meio ambiente que se traduzem em medidas que permitirão minimizar o impacto negativo sobre o ambiente de acordo com as normas internacionais e as leis nacionais sobre a matéria designadamente a Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho e o Decreto n.º 59/07 de 13 de Julho, Decreto n.º 1/10, de 13 de Janeiro e o Decreto Executivo Conjunto n.º 130/09, de 26 de Novembro.

CLÁUSULA 16.ª

(Força de trabalho e plano de formação)

1. O Projecto de Investimento prevê, no seu primeiro ano de implantação, a criação de 19 (dezanove) postos de trabalho, a preencher nos seguintes termos:

- a) 4 (quatro) trabalhadores expatriados visando a cobertura dos trabalhos nas áreas de especialidade que serão reduzidos gradualmente de acordo com o princípio de substituição por trabalhadores angolanos;
- b) 15 (quinze) trabalhadores nacionais.

2. O Investidor Privado tem como objectivo proporcionar formação intensiva, transmissão de conhecimentos, *know-how*, e conhecimentos técnicos para técnicos nacionais. O cumprimento do plano de formação (Anexo II), capacitação da força de trabalho nacional e substituição (Anexo III) gradual da força de trabalho estrangeira pela nacional, operar-se-á num período que se estima de 2 a 3 anos.

3. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Formação da mão-de-obra nacional, a Sociedade ficará também obrigada a:

- a) Promover a substituição gradual da mão-de-obra expatriada, por trabalhadores nacionais, nos termos do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril;

- b) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores Angolanos;
- c) Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente, os descontos de Imposto sobre o Rendimento do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais;
- d) Assegurar-se que as empresas subcontratadas celebrem contratos de seguro contra acidentes de trabalho a favor dos seus trabalhadores.

CLÁUSULA 17.ª

(Apoio Institucional do Estado)

Ao longo do desenvolvimento e implementação do Projecto de Investimento, as instituições públicas angolanas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio-económico do Projecto, comprometem-se institucionalmente no seguinte:

- a) BNA — licenciar as operações cambiais no âmbito da legislação vigente;
- b) Ministério competente: — garantir a emissão do alvará para o exercício da actividade;
- c) Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP): — apoiar o Investidor Privado sempre que este pretender recorrer aos órgãos da administração pública supra mencionados e outras instituições cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e gestão do Projecto.

CLÁUSULA 18.ª

(Direitos e deveres do Investidor)

1. O Estado Angolano garante ao Investidor Privado a protecção dos seus direitos e o seu apoio institucional, garantindo-lhes designadamente o direito de:

- a) Introduzir em Angola os fundos que se afigurem necessários para implementar o Projecto de Investimento;
- b) Repatriar, nos termos da legislação cambial em vigor e conforme o previsto no artigo 18.º n.º 1 da Lei do Investimento Privado e da cláusula 12.ª deste Contrato de Investimento, em moeda internacionalmente conversível, (i) os dividendos ou lucros distribuídos; (ii) o produto da dissolução e liquidação dos seus investimentos;
- c) Negociar livremente as taxas de câmbio de compra e venda de divisas com instituições financeiras legalmente autorizadas a operar em Angola.

2. O Investidor Privado compromete-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor na República de Angola e a cumprir com os compromissos assumidos no âmbito do presente Contrato, nomeadamente a:

- a) Observar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do Projecto de

Investimento, de acordo com os compromissos assumidos;

- b) Promover a formação de mão-de-obra nacional e a angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia, sem qualquer tipo de discriminação;
- c) Não praticar, por acção ou omissão, quaisquer actos que configurem discriminação racial, do género ou por deficiência física, não fomentando factores de exclusão em razão do salário ou da condição social entre trabalhadores nacionais e expatriados, devendo atribuir aos angolanos categorias ocupacionais, salários e regalias sociais iguais as dos seus homólogos expatriados de igual nível ou grau académico e qualificação técnica e profissional;
- d) Pagar os impostos e todas as outras contribuições que lhe sejam devidas, sem prejuízo dos eventuais benefícios fiscais a que esteja sujeito;
- e) Aplicar o plano de contas e as regras de contabilidade existentes no País;
- f) Respeitar as normas relativas à defesa do meio ambiente, nos termos da Lei n.º 5/98, de 9 de Junho, Lei de Rases do Ambiente e de outra legislação aplicável;
- g) Respeitar as normas relativas à higiene, protecção e segurança dos trabalhadores contra doenças profissionais, acidentes de trabalho e outras eventualidades previstas na legislação sobre segurança social;
- h) Efectuar e manter actualizados os seguros contra acidentes de trabalho e doenças profissionais dos trabalhadores, bem como os seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ao ambiente.

CLÁUSULA 19.ª
(Lei Aplicável)

O Contrato de Investimento rége-se pela Lei Angolana, designadamente pela Lei do Investimento Privado, Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLAUSULA 20.ª
(Infracções e sanções)

1. Sem prejuízo do disposto noutros diplomas legais, constitui transgressão o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que o Investidor Privado está sujeito nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e demais legislação sobre Investimento Privado.

2. Constitui nomeadamente transgressão:

- a) O uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) A não execução do Projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou na autorização do investimento;

- c) A prática de actos do comércio ilegais;
- d) A prática de facturação que permita a saída ilícita de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
- e) A não execução das acções de formação ou a não substituição de trabalhadores expatriados por nacionais nas condições e prazos estabelecidos;
- f) A sobre-facturação de máquinas e equipamentos importados para os fins do Projecto de Investimento;
- g) A falsificação de mercadorias e falsidade das declarações.

3. As transgressões previstas nos números anteriores, sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas na lei são passíveis da aplicação das seguintes sanções:

- a) Multa, no valor correspondente em kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 (dez mil dólares norte-americanos) e USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos), sendo o mínimo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Perda dos benefícios aduaneiros e fiscais e outras facilidades concedidas;
- c) Revogação da autorização do investimento.

CLÁUSULA 21.ª
(Resolução de litígios)

1. Qualquer conflito entre as partes emergente ou relacionado com o presente Acordo, incluindo qualquer questão relacionada com a sua existência, validade ou termo, será submetido e resolvido através da arbitragem de acordo com a Lei n.º 16/03, de 25 de Julho, «Lei sobre Arbitragem Voluntária».

2. O Tribunal Arbitral será composto por três árbitros, cabendo a cada uma das Partes designar um árbitro, e aos árbitros assim designados, um terceiro que será o árbitro-presidente. Na notificação para arbitragem efectuada pela Parte demandante, deve esta já indicar o nome do árbitro que lhe cabe designar. Recebida a notificação, tem a Parte demandada 30 (trinta) dias a contar da data da notificação para arbitragem para designar um árbitro, comunicando a sua escolha à Parte demandante. No prazo de 30 (trinta) dias devem os árbitros designados pelas Partes designar o árbitro-presidente, devendo notificar as Partes da sua escolha. Caso algum dos árbitros não seja designado dentro do prazo aqui estabelecido, a sua designação é deferida ao Bastonário da Ordem dos Advogados, que deverá designar o árbitro em falta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tal lhe tiver sido solicitado.

3. O Tribunal Arbitral considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a ambas as Partes.

4. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

5. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.
6. O Tribunal Arbitral detém igualmente poderes para decidir, a título definitivo, um eventual diferendo sobre o objecto do litígio.
7. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 22.ª

(Língua do Contrato e exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa e impresso em 3 (três) exemplares, com igual teor e força jurídica, fazendo todos igual fé.

CLÁUSULA 23.ª

(Anexos ao Contrato)

São Anexos do Contrato de Investimento os seguintes documentos reitores:

Anexo I — Cronograma de implementação do Projecto;

Anexo II — Plano de Formação da mão-de-obra Angolana e Regulamentação da Formação;

Anexo III — Plano de Substituição da mão-de-obra estrangeira;

Anexo IV — Croquis de localização do Estaleiro.

Tendo as Partes acordado no disposto no presente Contrato de Investimento, os seus representantes autorizados assinaram o mesmo, em três originais, em Luanda, aos 21 de Julho de 2014.

Pelo Estado da República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado.

Pela ANIP, *ilegível*.

Pelo Investidor, *ilegível*.

ANEXO I

Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento CGGC — Engenharia Angola, Limitada

Ações	2.º Semestre 2014	2.º Semestre 2015
Entrada do Processo na ANIP	Junho / 2014	
Aprovação do Investimento pela ANIP	Julho — Agosto/2014	
Emissão da LIC	Agosto — Outubro /2014	
Importação de Capitais	Outubro — Dezembro/ 2014	
Outorga da Escritura Pública de Cessão e Alteração dos Estatutos da Sociedade		Janeiro — Fevereiro / 2015
Aquisição de Equipamento		Fevereiro — Abril /2015
Contratação de Mão-de-Obra		Janeiro — Junho / 2015

ANEXO — II

Plano de Formação da Força de Trabalho Nacional do Projecto de Investimento CGGC — Engenharia Angola, Limitada

Categoria Profissional	Número de Formandos	Local de Formação	Perfil do Formador	Duração da Formação
Gestor de Recursos humanos	1	Angola	Gestinform	2 Meses
Marketing	1	Angola	Gestinform	2 Meses
Logística	1	Angola	Gestinform	2 Meses
Técnicos Superiores	3	Angola	Especialista em Electricidade, Hidráulica, etc.	5 Meses
Operários Especializados	9	Angola	Engenheiro de construção	5 Meses

ANEXO — III

Plano de Substituição da Força de Trabalho Expatriada do Projecto de Investimento CGGC — Engenharia Angola, Limitada

Tipo e Categoria	ANO — 1		ANO — 2		ANO — 3		ANO — 4		ANO — 5	
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Divisão de obras	3	3	3	3	3	3	4	2	4	2
Responsáveis de Logística	1	1	1	1	2	0	2	0	2	0
Gestão de Recursos Humanos	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Gerente de Marketing	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Operários Especializados	9	0	9	0	9	0	9	0	9	0
Total	15	4	15	4	16	3	17	2	17	2

Pelo Estado da República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado.

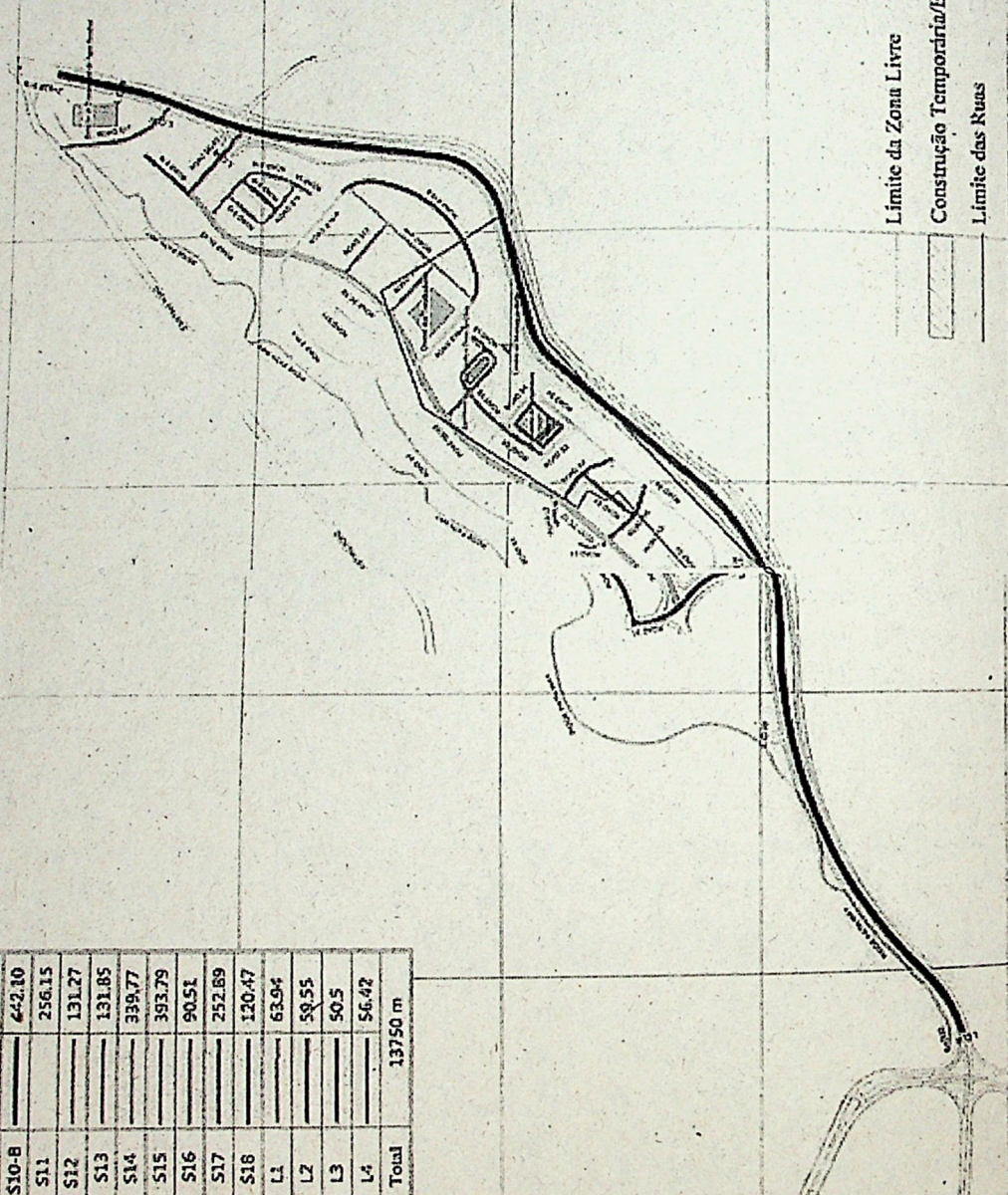
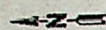
Pela ANIP, *ilegível*.

Pelo Investidor, *ilegível*.

ANEXO — IV

Croqui de Localização do Estaleiro da Empresa CGGC no Sambizanga

NO.	RUA	Côr de Lareira	Compartimento	NO.	RUA	Côr de Lareira	Compartimento
1	DC-01	—	2939,92	15	S10-B	—	442,10
2	DC-02	—	1417,03	16	S11	—	256,15
3	DC-03	—	1123,94	17	S12	—	131,27
4	DC-04	—	155,542	18	S13	—	131,85
5	S1	—	92,62	19	S14	—	339,77
6	S2	—	188,92	20	S15	—	393,79
7	S3	—	673,28	21	S16	—	90,51
8	S4	—	848,91	22	S17	—	252,89
9	S5	—	128,14	23	S18	—	120,47
10	S6	—	136,56	24	L1	—	63,94
11	S7	—	136,63	25	L2	—	59,55
12	S8	—	483,32	26	L3	—	50,5
13	S9	—	434,45	27	L4	—	56,42
14	S10-A	—	734,59	28	Total	—	13750 m



Limite da Zona Livre
Construção Temporária/Estaleiro
Limite das Ruas

DATE	MINISTRY OF LIBERATION CONSTRUCTION
------	---

[illegible]

PROJECT	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Plantas Cereales Las Ruinas de
la Alta cultura de Teotihuacan

Pelo Estado da República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado.
Pela ANIP, ilegível.
Pelo Investidor, ilegível.

Resolução n.º 78/14
de 20 de Outubro

Considerando que a «Ópticas Lince, S.A.», sociedade colectiva de direito português, com sede social em Portugal, na Rua do Comércio, n.º 32, na Guarda, com o capital social de €110.000,00 (cento e dez mil euros) e o Número de Matrícula e de Pessoa Colectiva 503079871, entidade não residente cambial, investidora externa, neste acto representada por Carla Paula de Carvalho B. e Silva Dias dos Santos e N'vula Sofia de Almeida Dias Van-Dúnem Camacho, pessoa singular de nacionalidade angolana, com domicílio em Luanda, Rua Comandante Kwenha, n.º 307, com o Bilhete de Identidade n.º 000233107LA035, entidade não residente cambial, Investidora Externa, apresentaram ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de Investimento Misto.

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se constituir uma sociedade por quotas denominada «V.D.D.S, Limitada» a fim de desenvolver actividades no sector da prestação de serviços de saúde visuais primários, mais concretamente, nas áreas de oftalmologia, optometria, contactologia e ortóptica e o comércio de instrumentos de precisão e artigos ópticos.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho); o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «V.D.D.S, Limitada» no valor global de USD 2.137.420,00 (dois milhões cento e trinta e sete mil quatrocentos e vinte dólares dos Estados Unidos da América) no Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 18 de Julho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO
V.D.D.S., LIMITADA

Contrato de Investimento Privado
Entre:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, adiante abreviadamente designada por «ANIP», com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei do Investimento Privado, neste acto representada pela Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*;

E

1.º — «Ópticas Lince, S.A.», sociedade colectiva de direito português, entidade não residente cambial, Investidora Externa, com sede social em Portugal, na Rua do Comércio, n.º 32, na Guarda, com o capital social de €110.000,00 (cento e dez mil euros) e o Número de Matrícula e de Pessoa Colectiva 503079871, neste acto representada por Carla Paula de Carvalho B. e Silva Dias dos Santos; e

2.º — N'vula Sofia de Almeida Dias Van-Dúnem Camacho, pessoa singular de nacionalidade angolana, residente cambial, Investidora Interna, com domicílio em Luanda, Rua Comandante Kwenha, n.º 307, em Luanda, com o Bilhete de Identidade n.º 000233107LA035, emitido em Luanda.

Considerando:

- Que as investidoras desejam realizar um projecto no sector da saúde pública visual, em particular de criação, implementação e desenvolvimento em Angola de diferentes projectos nas áreas da Oftalmologia, Contactologia, Optometria e Ortóptica sob a marca «Ópticas Popular»;
- Que o projecto tem em vista promover o bem-estar social da população, contribuindo para a saúde pública visual dos Angolanos;
- Que o projecto será implantado no Município do Cazenga, Província de Luanda, numa zona onde a população passará a beneficiar de novos postos de trabalhos que permitirá elevar a sua qualificação profissional, atenta à tecnologia e o *know how* trazidos pelo desenvolvimento do Projecto;
- Que a natureza do projecto enquadra-se nas prioridades do Executivo de maior saúde da população angolana, diversificação da economia, redução das assimetrias regionais e criação de emprego.

Com o propósito de concretização do projecto, as partes acordam, livremente e de boa-fé e no interesse recíproco, celebrar o presente contrato que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.^a (Definições)

1. No presente Contrato, incluindo o seu preâmbulo, excepto quando o contexto impuser um outro significado:

«ANIP»: — significa a Agência Nacional para o Investimento Privado;

«Contrato»: — significa o presente Contrato e todos os seus anexos;

«Investidoras»: — significa as «Ópticas Lince, S.A.», e N'Vula Sofia de Almeida Dias Van-Dúnem, nos termos previstos na alínea c) do artigo 2.º da Lei de Investimento Privado (LIP);

«Investimento Interno»: — tem o significado que lhe é atribuído pela alínea d) do artigo 2.º da LIP;

«Investidor Interno»: — tem o significado que lhe é atribuído pela alínea e) do artigo 2.º da LIP;

«Investimento Externo»: — tem o significado que lhe é atribuído pela alínea f) do artigo 2.º da LIP;

«Investidor Externo»: — tem o significado que lhe é atribuído pela alínea g) do artigo 2.º da LIP;

«Partes»: — significa o Estado Angolano, a «Ópticas Lince, S.A.», e N'Vula Sofia de Almeida Dias Van-Dúnem Camacho.

2. No presente Contrato, salvo quando o contexto exigir o contrário:

2.1 As palavras no singular devem incluir o plural e vice-versa;

2.2 As epígrafes das cláusulas são usadas apenas por conveniência e não devem afectar a interpretação das respectivas cláusulas deste Contrato;

2.3 A palavra «incluindo» deve ser entendida como incluindo as palavras «sem limitação»;

2.4 As referências a qualquer documento ou acordo devem incluir referências a tais documentos ou acordos tal como emendados, modificados, inovados ou substituídos de vez em quando.

CLÁUSULA 2.^a (Natureza e objecto do Contrato)

1. O Contrato de investimento tem natureza Administrativo, tendo como Partes o Estado da República de Angola, representado pela ANIP, a «Ópticas Lince, S.A.», e N'Vula Sofia de Almeida Dias Van-Dúnem Camachô.

2. Constitui objecto do presente Contrato a prestação de serviços de saúde visuais primários, mais concretamente, nas áreas de oftalmologia, optometria, contactologia e ortóptica e o comércio de instrumentos de precisão e artigos ópticos.

CLÁUSULA 3.^a (Localização do investimento e regime jurídico dos bens das Investidoras)

1. O projecto de investimento, estará no Município do Cazenga, Província Luanda, Zona de Desenvolvimento A.

2. Integram o Projecto, para além da sede e das lojas de atendimento ao público, os correspondentes meios de equi-

pamento, máquinas e outros bens corpóreos afectos ao projecto, propriedade das Investidoras.

3. O projecto será desenvolvido de acordo com o planeamento previsto no Anexo I, prevendo-se a sua expansão em todo o território nacional.

CLÁUSULA 4.^a (Prazo de vigência e denúncia do Contrato)

1. O presente Contrato tem a duração por tempo indeterminado.

2. A denúncia do contrato poderá ocorrer a todo tempo, devendo a parte que dar causa comunicar a outra com antecedência mínima de 6 meses.

CLÁUSULA 5.^a (Objectivos do Projecto de Investimento)

O presente projecto de investimento tem como objectivos essenciais:

- Incentivar o crescimento da economia Angolana;
- Promover o bem-estar e aumentar a qualidade de vida das populações, incluindo mais não limitado aos idosos e crianças, nos cuidados de saúde visuais primários;
- Promover a longo prazo a saúde pública visual nas regiões mais desfavorecidas, sobretudo no interior do País;
- Proporcionar parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras;
- Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana;
- Contribuir para a dinamização e diversificação da economia Angolana;
- Propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno em armações e lentes;
- Promover o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial e a qualidade dos produtos;
- Reabilitar, expandir e modernizar as infra-estruturas destinadas à actividade económica.

CLÁUSULA 6.^a (Montante do Investimento)

1. O valor do investimento global do projecto é de USD 2.137.420,00 (dois milhões cento e trinta e sete mil quatrocentos e vinte dólares dos Estados Unidos da América).

2. O valor para o Investimento no projecto destina-se às operações inseridas no quadro do empreendimento pretendido, não podendo ser aplicado de forma ou para outras finalidades não previstas nem desviar-se do objecto, nos termos do presente Contrato.

3. As Investidoras podem, no quadro do desenvolvimento do empreendimento e nos termos da lei, solicitar à ANIP revisões do valor do investimento, com vista à realização com êxito do empreendimento.

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento)

Para implementação do Projecto de Investimento, as Investidoras realizarão as seguintes operações de investimento:

- a) Investimento Interno, ao abrigo das alíneas a), j) e l) do artigo 10.º da LIP.
- b) Investimento Externo, ao abrigo das alíneas a), b), c) e g) do artigo 12.º da LIP.

CLÁUSULA 8.ª

(Forma de realização do Investimento)

1. Para efeitos do presente Contrato, o valor global do Investimento será realizado da seguinte forma:

- a) USD 552.166,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil cento e sessenta e seis dólares dos Estados Unidos da América), através da importação de máquinas, equipamentos e outros bens fixos corpóreos adquiridos com fundos próprios da Investidora «Ópticas Lince, S.A.»;
- b) USD 516.544,00 (quinhentos e dezasseis mil quinhentos e quarenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América), através da transferência do exterior de fundos próprios pertencentes à Investidora «Ópticas Lince, S.A.»;
- c) USD 534.355,00 (quinhentos e trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América), através de alocação de fundos próprios, de origem interna, da Investidora N'Vula Sofia de Almeida Dias Van-Dúnem Camacho;
- d) USD 534.355,00 (quinhentos e trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América), para celebração de contratos de locação comercial e reabilitação dos espaços comerciais destinados a implementação e execução do Projecto através de capitais próprios de origem interna subscritos pela Investidora N'Vula Sofia de Almeida Dias Van-Dúnem Camacho.

2. As Investidoras, no quadro do desenvolvimento do Projecto, podem, nos termos da lei, solicitar à ANIP a alteração da forma de realização do investimento, sem prejuízo de se atingirem os objectivos do empreendimento proposto.

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de financiamento do Investimento)

O investimento é financiado nos seguintes termos:

- a) USD 1.068.710,00 (um milhão sessenta e oito mil e setecentos e dez dólares dos Estados Unidos da América), sob forma de fundos próprios de origem externa;
- b) USD 1.068.710,00 (um milhão sessenta e oito mil e setecentos e dez dólares dos Estados Unidos da América), através de capitais próprios de origem interna;

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

1. O projecto de investimento será implementação de acordo com o cronograma de execução e implementação, que constitui o Anexo I do presente Contrato.

2. As Investidoras não podem ser responsabilizadas pelo incumprimento dos prazos referidos no número anterior que seja resultantes de actos de terceiros, nomeadamente dos atrasos na actuação das entidades públicas envolvidas na execução do projecto, devendo as Investidoras informar imediatamente a ANIP da ocorrência de qualquer atraso.

CLÁUSULA 11.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos dividendos)

A Investidora Externa «Ópticas Lince, S.A.», depois de implementado o projecto de investimento e mediante prova da sua realização, de acordo com as regras definidas na LIP, nomeadamente nos seus artigos 18.º, 19.º e 20.º, e nas condições estabelecidas na respectiva autorização do BNA, nos termos da legislação cambial aplicável, terá o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou os lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade ou da empresa;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstas em actos ou contratos que nos termos da LIP, constituam Investimento Privado;
- d) Produto de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da LIP;
- e) Royalties ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indirectos, associados à cedência de transferência de tecnologia.

CLÁUSULA 12.ª

(Definição das condições de exploração, gestão, associação e prazos de implementação do Projecto de Investimento)

1. O projecto de investimento tem o seu arranque na data da assinatura do presente Contrato, prevendo-se o início das actividades, objecto do presente contrato, em Agosto de 2014.

2. A política comercial a praticar, incluindo preços, respeita a legislação comercial em vigor, tendo como objectivo responder ao mercado, em condições concorrenciais e com qualidade de excelência nos seus produtos e serviços.

3. A política social do projecto, traduz-se num forte e especial apoio aos colaboradores locais em acções de formação permanente nas diversas áreas da saúde ocular, com uma implementação de um plano de seguros contra doenças profissionais e acidentes de trabalho, e de um plano de substituição de mão-de-obra expatriada, em conformidade com as exigências legais.

4. A exploração do projecto, far-se-á segundo padrões internacionais de racionalidade económica e seguindo uma política de exigência, que tem como suporte a implementação de inspecção e controlo da qualidade.

5. A gestão do projecto será efectuada em estreita conformidade com as condições de autorização e legislação aplicável, comprometendo-se as Investidoras a não aplicar as contribuições provenientes do exterior a finalidades diversas daquelas para que foram autorizadas, nem desviar-se do objecto neste contrato.

CLÁUSULA 13.ª

(Mecanismo de Acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, da realização dos investimento preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na LIP, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente previsto, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do Projecto.

2. As Investidoras deverão permitir o acompanhamento e a fiscalização das suas actividades pela ANIP, fornecendo todos os dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica e financeira ou outra, cujos técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritos ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessários, segundo um critério de razoabilidade ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento autorizado, alargamento do objecto da sociedade veículo do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a LIP, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com a cláusula 10.ª do presente Contrato, as Investidoras, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da LIP, deverão elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período do investimento, e anuais, no período de exploração, com todos os dados relevantes contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário, as partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado.

6. As notificações ou comunicações entre as partes, no âmbito do presente contrato de investimento, só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (e-mail) e fax para os seguintes endereços:

a) ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar, Luanda - Angola

Telefones: (00244) 222 391 434 / 331 252

Fax: (00244) 222 39 3381 / 393 833

Caixa Postal: 5465

E-mail: geral@anip.co.ao

b) Investidora Externa

«Ópticas Lince, S.A.»

Rua do Comércio, 32, Guarda - Portugal

Telefones: 00351 271 200 832

Fax: 00351 271 200 839

Caixa Postal: 6300-679

E-mail: tatianafigueiredo@opticalince.com

c) Investidora Interna

N.ª Vula Sofia de Almeida Dias Van-Dia
Camacho

Rua Comandante Kwenha, n.º 307
Luanda - Angola

Telefones: 927 223 131 - 992 304 222

E-mail: nvulavandunem@hotmail.com

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto económico do Projecto)

O Projecto tem previsivelmente o seguinte impacto económico:

- Benefício directo à população Angolana, permitindo o acesso de proximidade aos cuidados de saúde visuais primários;
- Benefício directo à população Angolana pela criação de emprego de pessoal na sua missão, colaboradores Angolanos procurando formação e desenvolver as suas aptidões e competências profissionais e redução das assimetrias;
- Transferência de tecnologia e know-how na área de cuidados de saúde visuais primários com respectivo aumento da eficiência produtiva;
- Diversificação da economia Angolana através da alavancagem do sector óptico e visual;
- Aumento das disponibilidades cambiais, pelo investimento em divisas e equipamentos que promovam o desenvolvimento tecnológico a eficiência empresarial e a qualidade do produto;
- Contribuição para a satisfação da procura interna

CLÁUSULA 15.ª

(Impacto ambiental do Projecto)

No quadro da implementação e desenvolvimento do Projecto, as Investidoras deverão cumprir com o estabelecido na legislação ambiental que for aplicável.

CLÁUSULA 16.ª

(Impacto social do Projecto)

O Projecto tem previsivelmente o seguinte impacto social:

- Criação de emprego, através da criação de um local de 103 novos postos de trabalho directos, no prazo de 7 anos;
- Contribuição para a promoção de empregos directos e indirectos;
- Contribuição para a formação profissional e especialização de quadros nacionais;
- Contribuição para a redução de assimetrias económicas na área de influência do projecto;
- Permitir à população um acesso de maior proximidade aos cuidados de saúde visuais primários.

CLÁUSULA 17.ª

(Força de Trabalho e Plano de Formação Profissional)

1. No âmbito da execução do presente Contrato, os investidores obrigam-se a:

- a) Criar 41 novos postos de trabalho, sendo 29 ocupados por nacionais e 12 expatriados, no primeiro ano de implantação, devendo o projecto atingir o total de 103 postos de trabalho no último ano da sua implementação, altura em que 72 desses postos serão ocupados por nacionais e 31 por expatriados;
- b) Cumprir com as normas do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril, sobre o emprego da força de trabalho estrangeira não residente e força de trabalho nacional qualificada;
- c) Dar preferência, no recrutamento e selecção da força de trabalho, aos quadros domiciliados no local da realização do investimento, em situação de igualdade de competências, realizando este processo em colaboração com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP);
- d) Assegurar a implementação de programas de formação profissional para a força de trabalho nacional «on job» e em instituições de ensino especializadas, se necessário e/ou aplicável;
- e) Substituir gradualmente a força de trabalho expatriada pela nacional, de acordo com o plano de formação e substituição de força de trabalho estrangeira por nacional;
- f) Celebrar, em benefício da força de trabalho, contratos de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, nos termos da legislação aplicável.

2. O programa de formação da força de trabalho previsto para a concretização do projecto é parte integrante do Modelo de Proposta de Investimento que instrui o presente contrato.

CLÁUSULA 18.ª

(Direitos e garantias das Investidoras)

Ao abrigo deste Contrato são desde já atribuídos as Investidoras os direitos e garantias consagrados na LIP, nomeadamente, mas sem limitação, os seguintes:

- a) A igualdade de tratamento nos termos do artigo 15.º da citada lei;
- b) A transferência para o exterior de lucros, dividendos e outras formas de reembolso dos capitais investidos, nos termos do artigo 18.º da citada lei;
- c) A protecção de direitos, nos termos do artigo 16.º da citada lei;
- d) As garantias específicas consignadas no artigo 17.º da citada lei.

CLÁUSULA 19.ª

(Deveres e obrigações das Investidoras)

A Investidoras obrigam-se a, sem prejuízo do disposto no artigo 23.º da LIP:

- a) Realizar, na forma, fases, quantidades e datas previstas as acções do projecto de investimento, sem prejuízo das eventuais alterações que possam ser introduzidas no mesmo;
- b) Investir o montante global do projecto na realização, sem custos para o Estado, dos trabalhos referentes ao projecto objecto do presente Contrato;
- c) Cumprir os deveres do Investidor Privado estabelecidos na legislação em vigor, designadamente no artigo 24.º da LIP, bem como, em particular, na legislação laboral.

CLÁUSULA 20.ª

(Deveres e obrigações do Estado)

O Estado obriga-se a, sem prejuízo do disposto no artigo 23.º da LIP:

- a) Respeitar e assegurar o cumprimento das garantias e dos direitos das investidoras constantes da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio e demais legislação aplicável;
- b) Prestar apoio institucional às Investidoras, através de assistência no relacionamento com as várias entidades públicas envolvidas na execução do projecto e, nomeadamente assegurar que, em tempo útil e com observância dos formalismos legais, sejam concedidas as licenças, os pareceres e as autorizações que sejam ou venham a ser necessárias.

CLÁUSULA 21.ª

(Dever geral de cooperação)

As Partes contratantes, os seus agentes e mandatários, vinculam-se à observância do princípio da boa-fé no cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, a cooperarem reciprocamente e com espírito de lealdade e entretajuda para o cumprimento das tarefas e para realização dos objectivos estabelecidos para este projecto, assim como a respeitarem os direitos adquiridos por cada uma das partes contratantes.

CLÁUSULA 22.ª

(Estabilidade)

1. O disposto no presente contrato foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais, presentemente existentes em Angola. Caso ocorra qualquer alteração das referidas circunstâncias que provoque uma alteração do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem da situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referida no número anterior, as Partes poderão solicitar a revisão ou modificação do presente Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista a repor o equilíbrio contratual.

3. Se, no prazo de 90 dias, após a solicitação referida no número anterior, as partes não chegarem a acordo quanto à necessidade ou modo de repor o equilíbrio contratual, a parte lesada pela alteração poderá submeter a questão a arbitragem nos termos da cláusula 25.^a do presente Contrato, sem necessidade de adoptar os procedimentos previstos no n.º 1 da referida cláusula.

4. Sem prejuízo do recurso à arbitragem, se durante a vigência do presente Contrato ocorrerem circunstâncias ou factores de natureza política, económica, financeira, técnica, legal ou mesmo tecnológica que, não constituindo situação de força maior, alteram, contudo, o equilíbrio económico, jurídico e financeiro que vigorava no momento da celebração do Contrato e provocam consequências danosas ou injustas para uma das partes, as cláusulas do presente Contrato afectadas por esta alteração ou pelas suas consequências serão renegociadas com vista à adopção de mecanismos de adaptação que permitam a manutenção da relação contratual com base no equilíbrio económico e financeiro inicial.

CLÁUSULA 23.^a
(Força maior)

1. Nenhuma das Partes será responsável pelo incumprimento ou pelo cumprimento parcial ou defeituoso de qualquer das suas obrigações contratuais, se tal se ficar a dever a uma situação de força maior, nela incluindo todo e qualquer fenómeno alheio à sua vontade, imprevisível e incontornável, designadamente, mas título meramente exemplificativo, catástrofes naturais, guerras, declaradas ou não, sabotagens, terrorismo, insurreições, distúrbios civis, greves, «look-out», existência de áreas minadas, medidas legais ou administrativas de Entidades Públicas.

2. A Parte afectada pela situação de força maior deverá comunicar esse facto à outra, pela via mais eficaz ao seu alcance e no espaço de tempo mais curto possível, devendo efectuar todas as diligências ao seu alcance com vista à redução dos efeitos do fenómeno do Contrato.

3. Se a situação de força maior durar mais do que três meses ou for previsível que ela durará por um período superior àquele, as partes reapreciarão as condições do Contrato e as possibilidades da sua continuação ou a conveniência da sua resolução, tendo em conta a nova realidade existente.

4. Se as Partes optarem pela continuidade do Contrato, o mesmo ficará apenas suspenso durante o período em que se mantiver a ocorrência de força maior, podendo ser executado parcialmente à medida do que for possível se apenas ocorrer uma afectação parcial.

CLÁUSULA 24.^a
(Transgressões e penalidades)

O incumprimento das obrigações legais e contratuais das Investidoras e a sua penalização regulam-se pelo disposto nos artigos 83.º a 88.º da LIP, e pelas demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA 25.^a
(Resolução de litígios)

1. Em caso de desacordo ou litígio, relativamente à interpretação ou execução do presente contrato, as Partes diligenciam

no sentido de alcançarem, por acordo amigável, solução adequada e equitativa, no prazo de 60 dias, a contar do período superior, se assim as partes o acordarem por escrito. Caso não seja possível uma solução negociada nos termos previstos no número anterior, o litígio será submetido a arbitragem.

3. A arbitragem é realizada por um Tribunal Arbitral, composto por três árbitros, cabendo a cada uma das partes a nomeação de um árbitro, sendo o terceiro árbitro escolhido por comum acordo entre os dois árbitros nomeados, exercendo as funções de presidente do tribunal, escolhidos entre aqueles.

4. Na falta de acordo para escolha do terceiro árbitro, este nomeado pelo Tribunal Provincial de Luanda, mediante requerimento de qualquer uma das referidas Partes.

5. O Tribunal Arbitral funciona em Luanda, em local a escolher pelo presidente.

6. O Tribunal Arbitral julga segundo a lei substantiva angolana.

7. Das decisões do Tribunal Arbitral não há recurso, podendo apenas ser impugnadas juntos dos tribunais judiciais nos casos previstos no artigo 34.º da Lei n.º 14/91 de 25 de Julho (Lei Sobre a Arbitragem Voluntária).

CLÁUSULA 26.^a
(Língua do contrato e exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa e celebrado em 4 (quatro) exemplares, com igual teor e conteúdo jurídica, destinando-se um à «ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado», dois para cada uma das Investidoras e um para a Imprensa Nacional, fazendo todos os exemplares fé quanto ao seu teor e conteúdo.

CLÁUSULA 27.^a
(Anexos)

Os seguintes documentos constituem anexos ao presente Contrato de Investimento:

Anexo I — Cronograma de Execução e Implementação do Projecto;

Anexo II — Plano de Substituição da Mão-de-Obra Estrangeira; e

Anexo III — Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional.

CLÁUSULA 28.^a
(Lei aplicável e entrada em vigor)

O presente Contrato rege-se pela lei em vigor na República de Angola e entra em vigor na data da sua assinatura.

Luanda, aos 18 de Julho de 2014.

Estado Angolano Representado pela ANIP, Maria Luísa Perdigão Abrantes.

Investidora Externa «Ópticas Lince, S.A.», Carla Paula de Carvalho B. e Silva Dias dos Santos.

Investidora Interna, N'vula Sofia de Almeida Dias Vaz -Dúnem Camacho.

ANEXO I
Cronograma de Execução e Implementação do Projecto de Investimento

Ações	Abril 2014	Mai 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	Setembro 2014	Outubro 2014	Novembro 2014	Dezembro 2014
Entrega Dossier ANIP									
Aprovação ANIP									
Aspectos Burocráticos									
Arrendamento dos Espaços Comerciais									
Obras/Decoração de Espaços Loja Sede									
Obras/Decoração de Espaços Loja Luanda 1 a 4									
Instalação de Equipamentos									
Recrutamento Pessoal									
Formação Interna Portugal									
Formação Interna Angola									
Abertura Loja Luanda 1									
Abertura Loja Luanda 2									
Abertura Loja Luanda 3									
Abertura Loja Luanda 4									
Avaliação 1.ª Fase									

ANEXO II
Plano de Substituição Gradual da Força de Trabalho Expatriada

Número/Ordem	Categoria Profissional	Ano 0 - Fase 1			Ano 3 - Fase 2			Ano 5 - Fase 3		
		Nacional	Estrangeiro	Total	Nacional	Estrangeiro	Total	Nacional	Estrangeiro	Total
1	Direcção	1	1	2	1	1	2	1	1	2
2	Técnicos Superiores	0	1	1	0	1	1	0	1	1
3	Administrativos	1	1	2	1	1	2	1	1	2
4	Trabalhadores Especializados	24	9	33	36	13	49	48	19	67
5	Operário não Especializado	3	0	3	4	0	4	4	0	4
	Total	29	12	41	42	16	58	54	22	76

Número/Ordem	Categoria Profissional	Ano 7 - Fase 4								
		Nacional	Estrangeiro	Total						
1	Direcção	1	1	2						
2	Técnicos Superiores	0	1	1						
3	Administrativos	1	1	2						
4	Trabalhadores Especializa- dos	66	28	95						
5	Operários não Especializado	4	0	3						
	Total	72	31	103						

ANEXO III
Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional — 1

Número/Ordem	Categorias	Número de Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local de Formação	Tempo de Formação	Duração		Costo de Formação
	Ano 0 do Projecto - Fase I		4 Lojas						
1	Contabilista	1	Assistente Dir.	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	15/06/14	31/07/14	-
2	Optometrista	8	Oftalmologia	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	15/06/14	31/07/14	-
3	Técnico Auxiliar	4	Tec. Oficina	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	15/06/14	31/07/14	-
4	Vendedor Sénior	4	Resp. Loja	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	15/06/14	31/07/14	-
5	Vendedor Júnior	8	Resp. Loja	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	15/06/14	31/07/14	-
6	Motorista	1	Logística	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	15/06/14	31/07/14	-
7	Estafeta	2	Logística	Contín./Presenc.	Luanda	20 Dias	15/06/14	04/07/14	-
8	Administração	1	Gestão	Contín./Presenc.	Luanda	20 Dias	15/06/14	04/07/14	-

Vertente Formação	Formação	Dias	Categorias
Sociocultural	Mudanças profissionais e mercado de trabalho	1	N/O 1 a 8
	Ler documentos informativos	1	N/O 1 a 8
	Higiene e prevenção no trabalho	1	N/O 1 a 8
	Promoção da Saúde	1	N/O 1 a 8
	Tecnologias Informáticas	11	N/O 1 a 8
Científica e Tecnológica	Funcionamento da Actividade do Ramo da Óptica	5	N/O 1 a 8
	Anomalias e patologias do foro Oftálmico	5	N/O 1 a 5 + N/O 1
	Materiais Ópticos e Tipos de Lentes	5	N/O 1 a 5 + N/O 1
	Lentes Oftálmicas e Contactologia - Tipologias e Materiais	5	N/O 1 a 5 + N/O 1
	Armações - montagem e reparações e Recursos Oficiais	5	N/O 1 a 5 + N/O 1
	Técnicas de Vendas e Acolhimento	5	N/O 1 a 5 + N/O 1

Objectivo: Formar bons profissionais, conscientes da qualidade e importância do seu trabalho, de forma a contribuir para a melhoria e assistência contínua de cuidados visuais primários à população. Dotar os trabalhadores de consciencialização, competências e aptidões actuais, profissionais e pessoais, tendo em conta o contexto do mundo actual e global.

Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional — 2

Número/Ordem	Categorias	Número de Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local de Formação	Tempo de Formação	Duração		Costo de Formação
	Ano 3 do Projecto - Fase 2		6 Lojas (+2)						
1	Contabilista	1	Assistente Dir.	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/16	30/01/16	-
2	Optometrista	12	Oftalmologia	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/16	30/01/16	-
3	Técnico Auxiliar	6	Tec. Oficina	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/16	30/01/16	-
4	Vendedor Sénior	6	Resp. Loja	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/16	30/01/16	-
5	Vendedor Júnior	12	Resp. Loja	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/16	30/01/16	-
6	Motorista	1	Logística	Contín./Presenc.	Luanda	10 Dias	05/01/16	15/01/16	-
7	Estafeta	3	Logística	Contín./Presenc.	Luanda	10 Dias	05/01/16	15/01/16	-
8	Administração	1	Gestão	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/16	30/01/16	-

Vertente Formação	Formação	Dias	Categorias
Sociocultural	Debater os Direitos e Deveres dos Cidadãos		
	Publicidade: um Discurso de Sedução	1	N/O 1 a 8
	Culturas, Etnias e Diversidade	1	N/O 1 a 8
	Promoção da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho	1	N/O 1 a 8
	Tecnologias Informáticas - Reciclagem e Actualização de Conhecimentos	6	N/O 1 a 8
Científica e Tecnológica	Hereditariedade	1	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Ametropias Oculares	2	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Radiação luminosa e Fenómenos de Superfície	2	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Fabrico de Lentes	1	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Áreas Funcionais de uma Empresa de Óptica	4	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Técnicas de Vendas e Acolhimento - Reciclagem	5	N/O 1 a 5 + N/O 8

Objectivo: Formar bons profissionais, conscientes da qualidade e importância do seu trabalho, de forma a contribuírem para a melhoria e assistência contínua de cuidados visuais primários à população. Dotar os trabalhadores de consciencialização, competências e aptidões actuais, profissionais e pessoais, tendo em conta o contexto do mundo actual e global.

Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional — 3

Número/Ordem	Categorias	Número de Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local de Formação	Tempo de Formação	Duração		Custo de Formação
	Ano 5 do Projecto - Fase 3		8 Lojas (+2)						
									"
1	Contabilista	1	Assistente Dir.	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/18	30/01/18	"
2	Optometrista	16	Oftalmologia	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/18	30/01/18	"
3	Técnico Auxiliar	8	Tec. Oficina	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/18	30/01/18	"
4	Vendedor Sénior	8	Resp. Loja	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/18	30/01/18	"
5	Vendedor Júnior	16	Resp. Loja	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/18	30/01/18	"
6	Motorista	1	Logística	Contín./Presenc.	Luanda	8 Dias	05/01/18	13/01/18	"
7	Estafeta	3	Logística	Contín./Presenc.	Luanda	8 Dias	05/01/18	13/01/18	"
8	Administração	1	Gestão	Contín./Presenc.	Luanda	25 Dias	05/01/18	30/01/18	"

Vertente Formação	Formação	Dias	Categoria
Sociocultural	Projecto da Empresa	1	Nº 1 a 1
	Estrutura e Funcionamento das Organizações	1	Nº 1 a 1
	Promoção da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho	1	Nº 1 a 1
	Tecnologias Informáticas - Reciclagem e Actualização de Conhecimentos	5	Nº 1 a 1
Científica e Tecnológica	Anomalias de Patologias do Globo Ocular	2	Nº 1 a 5 + Nº 1
	Anatomia e Fisiologia do Globo Ocular e Órgãos Anexos	2	Nº 1 a 5 + Nº 1
	Constituição da Retina	2	Nº 1 a 5 + Nº 1
	Manutenção de Equipamentos Oficiais	2	Nº 1 a 5 + Nº 1
	Montagem de Lentes em Armações de Massa, Metálicas e Nylon	5	Nº 1 a 5 + Nº 1
	Montagem de Lentes em Armações Grife	5	Nº 1 a 5 + Nº 1
	Lentes Oftálmicas - Marcações e Montagens	5	Nº 1 a 5 + Nº 1
	Materiais Ópticos e Tipos de Lentes	5	Nº 1 a 5 + Nº 1

Objectivo: Formar bons profissionais, conscientes da qualidade e importância do seu trabalho, de forma a contribuir para a melhoria e assistência contínua de cuidados visuais primários à população. Dotar os trabalhadores de consciencialização, competências e aptidões actuais, profissionais e pessoais, tendo em conta o contexto do mundo actual e global.

Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional — 4

Número/Ordem	Categorias	Número de Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local de Formação	Tempo de Formação	Duração		Custo de Formação
	Ano 7 do Projecto - Fase 4		11 Lojas (+3)						
1	Contabilista	1	Assistente Dir.	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	05/01/00	20/02/00	
2	Optometrista	22	Oftalmologia	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	05/01/00	20/02/00	
3	Técnico Auxiliar	11	Tec. Oficina	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	05/01/00	20/02/00	
4	Vendedor Sénior	11	Resp. Loja	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	05/01/00	20/02/00	
5	Vendedor Júnior	22	Resp. Loja	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	05/01/00	20/02/00	
6	Motorista	1	Logística	Contín./Presenc.	Luanda	45 Dias	05/01/00	20/02/00	
7	Estafeta	3	Logística	Contín./Presenc.	Luanda	20 Dias	05/01/00	20/01/00	
8	Administração	1	Gestão	Contín./Presenc.	Luanda	20 Dias	05/01/00	20/01/00	

Vertente Formação	Formação	Dias	Categorias
Sociocultural	Mudanças profissionais e mercado de trabalho		
	Ler documentos informativos	1	N/O 1 a 8
	Higiene e prevenção no trabalho	1	N/O 1 a 8
	Promoção da Saúde	1	N/O 1 a 8
	Tecnologias Informáticas	1	N/O 1 a 8
		11	N/O 1 a 8
Científica e Tecnológica	Funcionamento da Actividade do Ramo da Óptica		
		5	N/O 1 a 8
	Anomalias e Patologias do Foro Oftálmico	5	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Materiais Ópticos e Tipos de Lentes	5	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Lentes Oftálmicas e Contactologia - Tipologias e Materiais	5	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Armações - Montagem e Reparações e Recursos Oficiais	5	N/O 1 a 5 + N/O 8
	Técnicas de Vendas e Acolhimento	5	N/O 1 a 5 + N/O 8

Objectivo: Formar bons profissionais, conscientes da qualidade e importância do seu trabalho, de forma a contribuir para a melhoria e assistência contínua de cuidados visuais primários à população. Dotar os trabalhadores de consciencialização, competências e aptidões actuais, profissionais e pessoais, tendo em conta o contexto do mundo actual e global.

Estado Angolano Representado pela ANIP, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Investidora Externa «Ópticas Lince, S.A.», *Carla Paula de Carvalho B. e Silva Dias dos Santos*.

Investidora Interna, *N'vula Sofia de Almeida Dias Van-Dínam Camacho*.

Resolução n.º 79/14 de 20 de Outubro

Considerando que «Jalf Fazendas Ltd», sociedade constituída e existente nos termos das Leis da República das Ilhas Maurícias, registada sob o n.º 119407 C2/GBL, com sede em Kross Border Corporate Services Limited, St. Louis Business Center, Cnr, Desroches & St. Louis Streets, Port Luis, entidade não residente cambial, Investidor Externo, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de Investimento Externo.

Considerando que no âmbito desta proposta, pretende-se adquirir uma participação social de 99% do capital social na sociedade denominada «FAZENDA GIRASSOL — Comércio, Indústria, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada», cuja actividade principal é a produção e comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente, vegetais e legumes.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover Projectos de Investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «FAZENDA GIRASSOL — Comércio, Indústria, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada»,

no valor global de USD 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), no Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 18 de Julho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO FAZENDA GIRASSOL — COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGRO-PECUÁRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

República de Angola, representada pela Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério do Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto (doravante designados, respectivamente, por «Estado» e por «ANIP»);

E

«Jálf Fazendas Ltd», sociedade constituída e existente nos termos das Leis da República das Ilhas Maurícias, entidade não residente cambial, Investidor Externo, registada sob o n.º 119407 C2/GBL, com sede em Kross Border Corporate Services Limited, St. Louis Business Center, Cnr, Desroches & St. Louis Streets, Port Luis, Maurícias, neste acto representado por Alexandre Pedro Garcez Palha Pessoa Vaz, doravante designada por «Investidor Privado».

Considerando que:

- a) O Investidor Privado, na qualidade de Investidor Externo tal como definido na alínea g) do artigo 2.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio («Lei do Investimento Privado») pretende investir na República de Angola, o montante global de USD 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), através da aquisição de uma participação social e capitalização da sociedade de direito angolano denominada «FAZENDA GIRASSOL — Comércio, Indústria, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada», através da melhor identificada na alínea i) dos presentes considerandos;

- b) O investimento irá potenciar a criação de trabalho para trabalhadores nacionais, promover a formação elevando a qualificação da mão-de-obra angolana bem como obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- c) O Estado pretende atrair e estimular a realização de investimentos na República de Angola, especialmente aqueles que contribuam decisivamente para o desenvolvimento económico e social do País e do bem-estar em geral da população, tendo, para o efeito, criado instrumentos legais relativos de protecção e apoio ao investimento privado, em especial a Lei do Investimento Privado;

- d) O projecto de investimento que se pretende realizar a cabo enquadra-se na política do Governo do Estado, na linha de acção defendida e executada pela ANIP, enquanto órgão público responsável pela promoção activa do investimento privado;
- e) O Investidor Privado pretende gozar da protecção e do apoio concedido pelo ESTADO aos investimentos privados na República de Angola, sendo, por sua vez, interesse do Estado apoiar o Projecto de Investimento dos Investidores Privados, concedendo-lhe as garantias e os incentivos previstos por lei.

É, nos termos do artigo 51.º e seguintes da Lei do Investimento Privado, celebrado o presente Contrato de Investimento Privado («Contrato»), de acordo com os considerandos supra e o previsto nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato, e salvo se do seu contexto claramente resultar sentido diverso, o significado das regras de interpretação das expressões utilizadas no presente Contrato, sempre que iniciadas com letra maiúscula, terão o significado que a seguir lhes é atribuído:

- a) *Anexos*: — significa os documentos complementares e/ou auxiliares ao presente Contrato de Investimento e que dele fazem parte integrante, os quais estão referenciados na cláusula 24.ª;
- b) *Cláusulas*: — significa as disposições deste Contrato, excluindo os considerandos;
- c) *Contrato*: — significa o presente Contrato de Investimento Privado e todos os seus Anexos;
- d) *CRIP*: — significa o «Certificado de Registo de Investimento Privado» previsto no artigo 64.º da Lei do Investimento Privado;

c) *Estudo de Viabilidade*: — significa o estudo demonstrativo do impacto económico e social do Projecto de Investimento, previsto no n.º 2 do artigo 54.º, da Lei do Investimento Privado;

d) *Lei Aplicável*: — significa todo e qualquer instrumento legislativo do Estado, nomeadamente a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei do Investimento Privado, aplicável ao Projecto de Investimento e/ou ao Investidor Privado;

e) *Lei do Investimento Privado*: — significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

f) *Plano de Recrutamento e Formação*: — significa o plano de formação previsto no n.º 3 artigo 72.º da Lei do Investimento Privado; e

g) *Sociedade*: — significa a sociedade denominada «FAZENDA GIRASSOL — Comércio, Indústria, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada», com sede em Luanda, na Rua do Kikuxi, Município de Viana, República de Angola, com um capital social de Kz: 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil kwanzas), na qual o Investidor Privado irá subscrever uma participação social.

2. Para além das definições supra reproduzidas, sempre que o Contrato utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas terão o significado previsto nessa lei.

3. Em caso de alteração, total ou parcial, do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, as partes acordam que as definições incorporadas no presente Contrato, por força desta Cláusula, terão o significado que lhe é atribuído pela Lei do Investimento Privado na Data Efectiva.

4. O significado das definições previstas no n.º 1 e referidas no n.º 2 da presente cláusula será sempre o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza administrativa e objecto do Contrato)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa.

2. Constitui objecto do Contrato de Investimento a aquisição de uma participação social correspondente a 99% (noventa e nove por cento) do capital social na sociedade comercial de direito angolano denominada «FAZENDA GIRASSOL — Comércio, Indústria, Agro-Pecuária e Prestação de Serviços, Limitada», (daqui em diante abreviadamente designada por «Fazenda Girassol») cuja actividade principal consiste na produção e comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente, vegetais e legumes.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização geográfica do investimento e regime jurídico dos bens do Investidor Privado)

1. O Projecto de Investimento terá a sua implementação na Província de Luanda, Rua do Kikuxi, Município de Viana — Área de Desenvolvimento A.

2. Os bens jurídicos do Investidor Privado integrados no Projecto de Investimento estão sob o regime jurídico da propriedade privada.

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo de vigência e entrada em vigor)

O Contrato tem início na data de assinatura do presente Contrato e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos a serem atingidos pelo Projecto de Investimento)

Nos termos da cláusula 2.ª supra, o Investidor Privado têm como objectivo:

- a) Adquirir uma participação social na Sociedade equivalentes a 99% (noventa e nove por cento) do capital social da «Fazenda Girassol»;
- b) Incentivar o crescimento da economia angolana;
- c) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores angolanos e elevar a qualificação da mão-de-obra dos trabalhadores angolanos;
- d) Proporcionar parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras;
- e) Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- f) Promover o bem-estar económico e social das populações; e
- g) Propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno.

CLÁUSULA 6.ª

(Montante de Investimento)

1. O montante total do Projecto de Investimento é de USD 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. O objecto do Projecto de Investimento poderá ser objecto de aumento, conforme previsto no artigo 78.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento)

Nos termos do presente Contrato de Investimento, o Investidor Privado realizará as seguintes operações de investimento privado externo:

- a) Introdução no território nacional de moeda livremente conversível, conforme dispõe a alínea a) do artigo 12.º da Lei do Investimento Privado; e
- b) Aquisição de participações sociais em sociedades e empresas de direito angolanas domiciliadas em território nacional, nos termos da alínea g) do artigo 12.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de realização e aplicação do Investimento Privado)

1. O Projecto de Investimento será realizado através da transferência de fundos próprios do Investidor Privado (USD 1.200.000,00).

2. O montante acima indicado será aplicado da seguinte forma:

- a) USD 500.000,00 para aquisição das participações sociais (99%); e
- b) USD 700.000,00 para capitalização da sociedade «Fazenda Girassol».

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de financiamento do Projecto)

O Projecto de Investimento será integralmente financiado através de fundos próprios do Investidor Privado.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

O Projecto de Investimento será implementado de acordo com o Cronograma de Implementação constante do Anexo I ao presente Contrato.

CLÁUSULA 11.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos lucros e dividendos)

1. O Projecto de Investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola e às regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. De acordo com o disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei do Investimento Privado e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme à legislação cambial aplicável, é garantido ao investidor externo o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos ao Investidor Privado, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital social da sociedade, na proporção da sua participação social (99%);
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei do Investimento Privado, constituam investimento privado.

3. O Investidor Privado terá, nos termos da alínea n.º 1 da Lei do Investidor Privado, o direito de iniciar o repatriamento dos lucros depois de transcorridos 3 (três) anos a contar da data de implementação efectiva do projecto de investimento.

CLÁUSULA 12.ª

(Definições das condições de exploração e gestão)

A gestão do projecto será efectuada pela sociedade comercial «Fazenda Girassol» em estrita conformidade com as condições de autorização prevista neste Contrato e nos termos do Estudo de Viabilidade.

CLÁUSULA 13.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados a serem efectuados pela ANIP, no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e na forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial concernente ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. O Investidor Privado deverá facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra.

3. Os técnicos da ANIP, devidamente credenciados, terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adentrando ao Projecto de Investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

4. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento autorizado a ANIP e em conformidade com a Lei do Investimento Privado deverá autorizar: (i) o alargamento do objecto da sociedade veículo do projecto, (ii) os aumentos de capitais para o investimento, (iii) os aumentos de capital social da sociedade, bem como (iv) as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização.

5. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente contrato de investimento, o Investidor Privado, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios durante o período de investimento e durante o período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

6. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

7. Todas as notificações ou comunicações efectuadas ao abrigo do presente Contrato de Investimento só serão válidas se forem feitas por escrito e enviadas para os seguintes endereços:

Estado, representado pela ANIP

Endereço: Rua Serqueira Lukoki, n.º 25, 9.º Andar,
Edifício do Ministério da Indústria;

Telefone: +244 222 391 434 / 331 252;

e E-mail: geral@anip.co.ao

«Fazenda Girassol»: Nuno de Miranda Catanas;

Endereço: Rua Kwamme Nkrumah, n.º 256, Ingombota

Telefone: +244 925 372 588

E-mail: nuno.catanas@mcjurist.com

8. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto económico e social do Projecto de Investimento)

As Partes acordam que o Projecto de Investimento terá o impacto económico descrito no Estudo de Viabilidade e Impacto Económico e Financeiro e inclui:

- Incentivar o crescimento da economia angolana;
- Induzir a criação de 335 (trezentos e trinta e cinco) novos postos de trabalho para trabalhadores angolanos;
- Elevar o grau de qualificação de mão-de-obra angolana;
- Aumentar a capacidade produtiva nacional no sector em que o Projecto de Investimento se insere;
- Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacte Ambiental)

O Investidor Privado obriga-se a implementar o Projecto de Investimento de acordo com a Lei Investimento Privado e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- Salvaguarda do meio ambiente, em matérias de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- Permissão que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação, dos equipamentos nas instalações;

- Notificar o Ministério do Ambiente de quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

CLÁUSULA 16.ª

(Força de trabalho e plano de formação profissional)

1. Com a implementação do Projecto de Investimento, prevê-se a manutenção de 314 postos de trabalho directos.

2. Com a implementação do Projecto de Investimento, prevê-se a criação de 337 posto de trabalho, distribuídos, nos seguintes termos:

- 335 (trezentos e trinta e cinco) postos de trabalho para trabalhadores nacionais; e
- 2 (dois) postos de trabalho para estrangeiros.

3. Como resulta do Plano de Recrutamento e Formação de Pessoal, a força de trabalho directamente afecta ao Projecto de Investimento será distribuída, nos seguintes termos:

- 635 (seiscentos e trinta e cinco) postos de trabalho para nacionais;
- 16 (dezasseis) postos de trabalho para estrangeiros.

4. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recrutamento e Formação da mão-de-obra nacional, a Sociedade ficará também obrigada a:

- Promover a formação contínua dos trabalhadores nacionais;
- Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores angolanos;
- Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente os descontos de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais;
- Assegurar que as empresas subcontratadas celebrem contratos de seguro contra acidentes de trabalho a favor dos seus trabalhadores;
- O cumprimento do plano de formação, capacitação da força de trabalho nacional e substituição gradual da força de trabalho estrangeira pela nacional; e
- Proporcionar formação intensiva e transmissão de know-how aos técnicos nacionais.

CLÁUSULA 17.ª

(Apoio institucional do Estado)

O Estado Angolano, através de cada uma das instituições públicas a seguir indicadas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse socio-económico do Projecto, compromete-se institucionalmente no seguinte:

- a) *BNA*: — Departamento de Controlo Cambial — Emitir as licenças de importação dos capitais autorizados;
- b) *ANIP*: — Agência Nacional para o Investimento Privado — Prestar apoio institucional, sempre que o Investidor pretenda recorrer aos sectores da Administração Pública e outras instituições cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e gestão do Projecto;
- c) *Ministério da Administração Pública, do Trabalho e Segurança Social*: — supervisão das acções de recrutamento e formação de técnicos nacionais, bem como da implementação de medidas para garantir a segurança e higiene no local de trabalho; e
- d) *Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural*: — Prestar apoio institucional, sempre que o Investidor pretenda recorrer aos sectores da Administração Pública, produzindo sempre que necessário recomendações de modo que a actividade do projecto decorra em estrita consonância com a Lei Angolana.

CLÁUSULA 18.^a
(Deveres e direitos do Investidor)

1. O Investidor Privado obriga-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais e submete-se ao controlo das autoridades competentes, devendo prestar-lhes todas as informações solicitadas, nomeadamente:

- a) Respeitar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de acordo com os compromissos assumidos;
- b) Aplicar o plano de contas e as regras da contabilidade estabelecidas no País;
- c) Promover a formação da mão-de-obra nacional e a angolanização a nível das chefias e quadros nacionais.

2. Sem prejuízo dos direitos estabelecidos no presente Contrato e na lei, o Investidor Privado gozará ainda o direito à total protecção e respeito pelo sigilo profissional, bancário e comercial.

3. Nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei do Investimento Privado, o Investidor Privado têm direito a recorrer ao crédito após a implementação efectiva do Projecto.

CLÁUSULA 19.^a
(Força maior)

1. O disposto no presente Contrato foi estabelecido na base em determinadas circunstâncias económicas, legais e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que implique uma modificação do equilíbrio contratual existente, as partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referidas no número anterior, as partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio contratual.

3. No caso de os bens objecto de investimento privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 20.^a
(Lei aplicável)

A lei aplicável ao presente Contrato é a lei angolana.

CLÁUSULA 21.^a
(Infracções e sanções)

1. No âmbito deste Contrato, sem prejuízo do disposto em outros Diplomas, em matéria de Investimento Privado, constituem infracções os seguintes actos:

- a) Uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou da sua parcialização do investimento;
- c) A prática de actos de comércio fora do âmbito autorizado pelo presente Contrato;
- d) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa ou associação esteja sujeita, designadamente de carácter fiscal; e
- e) A não execução das acções de formação ou substituição de trabalhadores expatriados por nacionais nas condições e prazos estabelecidos no presente Contrato.

2. Sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei, as transgressões previstas no número anterior são passíveis das seguintes sanções:

a) Multa, correspondente em kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 a USD 500.000,00, sendo o mínimo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;

b) Revogação da autorização do investimento.

3. As competências e procedimentos inerentes à aplicação e recursos sobre as sanções são as estabelecidas nos artigos 87.º e 88.º, ambos da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 22.ª
(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e o Investidor Privado serão submetidos a arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo, pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro será designado nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativas e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciaram ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos,

ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 23.ª
(Língua do Contrato e exemplares)

1. As Partes acordam que todos os documentos contratuais, descritos na cláusula 24.ª assim como toda a documentação que as mesmas venham a trocar no âmbito da sua execução, deverão estar em língua portuguesa.

2. Caso qualquer uma das Partes produza ou invoque algum documento em língua estrangeira, este só será eficaz se traduzido para língua portuguesa, sem prejuízo de, em caso de litígio ou dúvida, prevalecer o conteúdo do documento original sobre a tradução.

3. O presente Contrato é feito em 3 (três) exemplares, ficando a ANIP, o Investidor Privado e a Imprensa Nacional, com 1 (um) exemplar cada.

CLÁUSULA 24.ª
(Anexos ao Contrato)

São partes integrantes do Contrato os seguintes documentos:

- a) Anexo I — Cronograma de Implementação do Projecto;
- b) Anexo II — Plano de substituição da força de trabalho expatriada; e
- c) Anexo III — Plano de formação da força de trabalho nacional.

Luanda, aos 18 de Julho de 2014.

Pela República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. — Presidente do Conselho de Administração.

Em representação do Investidor Privado, *Alexandre Pedro Garcez Palha Pessoa Vaz*.

ANEXO I
Cronograma de Implementação do Projecto

Acções a Executar	Ano / Mês 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6
Processo ANIP	2.º/3.º Trimestre 2014					
Importação dos Fundos para Angola	4.º Trimestre 2014					
Aquisição das Quotas	4.º Trimestre 2014					
Execução do Plano de Investimento	4.º Trimestre 2014	Ano 2015				

ANEXO — II

Plano de Substituição da Força de Trabalho Expatriada

Categoria	Ano 1			Ano 2			Ano 3			Ano 4			Ano 5	
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros
Direção	1	8	9	1	8	9	1	8	9	2	8	10	2	8
Técnicos Superiores	1	5	6	1	7	8	2	7	9	3	7	10	4	8
Técnicos Médios	5	1	6	10	1	11	12	1	13	15	1	16	20	7
Administrativos	8	0	8	10	0	10	11	0	11	12	0	12	15	1
Operários Especializados	68	0	68	80	0	80	85	0	85	90	0	90	95	0
Operários não Especializados	342	0	342	383	0	383	424	0	424	463	0	463	499	0

ANEXO — III

Plano de Formação de Mão-de-Obra Nacional

N/O	Categorias	N.º Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local da Formação	Tempo de Formação (# Horas)	Duração (# Dias)	Custo Estimado
	Direção	4	Direção Administrativa e Financeira	Liderança & Gestão Finanças & Tesouraria	Fazenda Girassol	30h	90 Dias	3.º USD 1.000
	Técnicos Superiores	3	Direção Administrativa e Financeira	Gestão de Tempo Gestão de Clientes	Fazenda Girassol	20h	60 Dias	2.º USD 1.000
	Técnicos Médios	3	Direção Comercial/Geral	Técnicas de Vendas e Reposição de Produtos	Fazenda Girassol	10h	30 Dias	1.º USD 1.000
	Administrativos	4	Direção Administrativa e Financeira	Finanças e Tesouraria	Fazenda Girassol	10h	10 Dias	USD 1.000
	Operários Especializados	34	Direção de Operações	Plantação, Colheita, Pragas e Doenças	Fazenda Girassol	400h	200 Dias	USD 4.000
	Operários não Especializados	171	Direção de Operações	Plantação e Colheita	Fazenda Girassol	400h	200 Dias	USD 4.000

Pela República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, — Presidente do Conselho de Administração.

Em representação do Investidor Privado, *Alexandre Pedro Garcez Palha Pessoa Vaz*.